

Anexo A – Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) – GAL “ENVOL20 ALMADA”

I Síntese da Análise e do Diagnóstico da Situação Territorial

a) Situação atual do Território

Os territórios alvo do presente DLBC Urbano inserem-se no concelho de Almada, refletindo e influenciando em parte a caracterização do município, mas apresentando também as suas potencialidades e fragilidades próprias. A presente síntese cruza indicadores estatísticos macro e micro, não esquecendo a perceção e a experiência das organizações locais, dos movimentos associativos e de líderes de opinião do município e em especial dos territórios de atuação deste DLBC.

Contexto - Concelho de Almada

- * Localização na Península de Setúbal, área metropolitana de Lisboa;
- * Área: 71 Km²;
- * População residente: 174 030 indivíduos, sendo 47,4% do sexo masculino e 52,6% do sexo feminino;

Demografia

Quanto à estrutura etária, Almada apresenta um índice de 100 jovens por cada 140 idosos, representando os primeiros cerca de 15% e os segundos em torno de 20% da população. Quanto ao número de famílias residentes, ele é de 71.310, das quais 25.80% são compostas por uma única pessoa e o peso dos agregados com quatro ou mais indivíduos ascende a 4.97%. Comparando com 2001, Almada regista um aumento populacional de 8,21%, sendo que este crescimento se fez sentir no grupo de pessoas com 65 anos e mais (cresce 32,6%); crianças (+ 13%) e adultos (+6%). Em sentido contrário o grupo 15-24 anos registou uma perda de 18,42%. Podemos assim concluir que Almada não deixou de refletir o fenómeno de envelhecimento verificado na sociedade portuguesa, no entanto é ainda significativa a presença de crianças até aos 15 anos, sendo de destacar que mais de metade deste grupo etário está presente nos territórios de intervenção do DLBC Urbano de Almada. Ainda nas questões demográficas destaca-se a presença significativa de imigrantes, com este grupo a atingir em 2011 o valor de 10.583 indivíduos, sobretudo com origem nos PALOP e Brasil, tendo os territórios do Laranjeiro e Caparica, sobretudo uma forte representação do primeiro grupo.

Economia e Mercado de Trabalho

Almada não ficou imune à crise económica que o país atravessou. O aumento do desemprego, com forte incidência na população jovem, o trabalho precário (1/4 dos trabalhadores estão nesta situação), as

deslocações de população para trabalhar em Lisboa e os salários abaixo da média nacional, marcam um concelho onde se acentuou o declínio do setor secundário e se assistiu ao reforço do setor terciário.

Existiam em 2012, 4861 empresas no concelho de Almada, estando 26,7% delas dedicadas a atividades comerciais, 13,2% a atividades de construção civil, 12,6% a atividades de alojamento e 11,1% e 7,3% a atividades de consultoria técnica e científica e atividades de saúde humana e apoio social respetivamente.

Uma análise comparativa destes setores no período 2010-2012, permite-nos constatar que os dois setores da economia mais representados em 2012, foram igualmente os que mais organizações viram encerrar nesse período, -13% na construção civil e - 7% nas atividades comerciais. Este desaparecimento de empresas nestas áreas menos qualificadas teve um reflexo amplificado nos territórios alvo do presente DLBC, sendo áreas tradicionalmente empregadoras de indivíduos destes territórios. Em sentido contrário, cresceram cerca de 11% as organizações dedicadas aos setores da saúde humana e apoio social. Quanto à tipologia das empresas com sede no concelho de Almada, em 2012, 97,5% delas tinham até 10 trabalhadores.

Quanto à distribuição da população ativa, 5 em cada 10 trabalhadores residentes em Almada trabalha fora do concelho e 85% deles fazem-no no setor terciário, o que compara com os 76% que o faziam em 2001.

Já no que concerne ao tipo de vínculo profissional e retribuição mensal, constatamos que 75% dos trabalhadores possuem um contrato sem termo e o seu vencimento médio em 2012 era de 880€, o que deixava o trabalhador deste concelho na média nacional, mas mais de 20% abaixo da Região Metropolitana de Lisboa. As disparidades salariais do território favorecem fortemente os quadros superiores e médios com salários 3 a 5 vezes maiores do que a dos quadros semiqualeificados ou não qualificados. Por género o homem recebe em média mais 20% do que a mulher com as mesmas funções.

A população ativa registou uma quebra entre 2001 e 2011, em especial na população jovem até aos 24 anos, passando de 56% para 44%.

Quanto ao desemprego dos inscritos no Centro de Emprego de Almada, 1 em cada 3 era jovem com menos de 35 anos. No que respeita às qualificações da população desempregada, mais de 55% tinham em 2013 o 9º ano ou menos, enquanto 28% possuía o secundário. Já 40% dos desempregados era DLD. Pelo lado da oferta, cerca de 44% das empresas procuram trabalhadores com escolaridade até ao 9º ano, 30% contrata pessoas com nível secundário e 25% com superior.

A conjugação destes fatores deixava o concelho de Almada com uma média de rendimento per capita 20% inferior ao da Grande Lisboa com 190€, o que representava uma queda de 10% face a 2010.

Vivacidade cultural e qualidade de vida

Sozinho, o concelho de Almada representou em 2012, 25% dos bilhetes vendidos em toda a Península de Setúbal, com os eventos ao vivo a serem vistos por aproximadamente 28 mil pessoas. Os habitantes

de Almada puderam ainda assistir a 45 exposições, tendo igualmente acesso a 190 publicações escritas e 2 museus. É no cinema que o concelho de Almada ganha forte destaque com mais de 700 mil pessoas nas suas salas em 2013, o que representa 12% de todas as visualizações nesse ano em toda a NUTS II de Lisboa.

Almada tem uma posição geográfica privilegiada no contexto nacional. Possui no seu território tipologias que variam entre áreas "rurais", zonas urbanas e zonas costeiras, oferecendo aos seus residentes e visitantes todo o tipo de ambientes. Por outro lado é vizinha de Lisboa e de todas as suas dinâmicas, podendo beneficiar das oportunidades de emprego, negócio, turismo e cultura da região. As acessibilidades são em geral boas e o território é servido por meios de transporte rodoviário, fluvial e ferroviário.

Um indicador da qualidade de vida e do valor de um território é dado pelo valor atribuído pela banca aos imóveis. Neste quesito, o concelho de Almada encontrava-se 16% acima da média nacional com cada metro quadrado avaliado em torno dos 1160,00€.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde de proximidade, em 2011 havia um centro de saúde para cada 89 mil habitantes. Este valor agravou-se fortemente já que em 2010 esse indicador era de 58 mil habitantes por cada centro. Para lá dos centros o concelho conta apenas com um hospital do Serviço Nacional de Saúde.

Outro fator relevante é o acesso ao ensino público. A este nível, o concelho de Almada dispunha em 2011, de 35 estabelecimentos do pré-escolar aos quais se juntavam mais 40 de ensino básico com 1º ciclo, 15 do 2º ciclo, 19 do 3º ciclo, 10 com ensino secundário e 7 com ensino superior (público e privado).

Ainda no tema educação e sendo cada vez mais relacionada a qualidade de vida das populações com o acesso à designada sociedade da informação.

Nas escolas do concelho de Almada existia em 2013, um computador com acesso à internet por cada 3,8 alunos. Este valor era de 2.2 em 2010.

Um território pouco homogéneo

Uma análise mais aprofundada dos territórios que compõem o concelho de Almada permite concluir que, não só o território como um todo apresenta várias vulnerabilidades como também se revela extremamente desigual entre os seus vários "territórios", sendo os identificados no âmbito do presente DLBC Urbano os mais atingidos por fenómenos de pobreza/exclusão e os que mais pressionam em baixa os dados apresentados pelo concelho.

No que respeita à distribuição populacional, o Laranjeiro com 12,1%, a Caparica com 11,8%, o Feijó com 10,9% e a Trafaria com 3,3%, concentram 38,1% do total da população do concelho de Almada.

A escolha destas zonas como prioritárias para a intervenção com este instrumento refere sobretudo as características de pobreza e desqualificação socio-urbanística dos meios de vida. Apesar disso, são zonas

que têm tido alguma intervenção de projetos, estando neles presente uma população com capacidade de mobilização e de organização.

Não são muitos os dados estatísticos disponíveis a este nível micro, no entanto os que estão disponíveis e a audição aprofundada das instituições locais e de membros da comunidade dos diversos territórios ouvidos neste processo de desenvolvimento da EDL permitem retirar algumas conclusões com alto grau de confiança:

* Com exceção da Trafaria, os territórios sinalizados têm uma concentração significativa de crianças e jovens, registando uma evolução positiva neste quesito entre os censos de 2001 e 2011 nos territórios da Caparica e Feijó da ordem dos 3%, enquanto o Laranjeiro registou uma evolução negativa da mesma ordem, e a Trafaria com uma queda mais acentuada, superior a 5% foi a mais penalizada com a perda destas faixas da população.

* Um número significativo de crianças e jovens encontram-se em situação de precariedade social, registando-se em 2014 na Caparica e no Laranjeiro 40,4% (380 dos 942) do total dos processos de promoção e proteção de situações de risco do concelho;

* As situações de pobreza e de risco de exclusão social são transversais aos territórios alvo do DLBC Urbano de Almada e aos diferentes grupos da população aí residente;

* O baixo nível de qualificações marca transversalmente todos os territórios e grupos populacionais. O analfabetismo é superior a 5% na população da Caparica e Trafaria e na ordem dos 4% no Feijó, todos acima da média do concelho (3,27%). A repetência dos alunos é igualmente elevada com especial destaque para a Trafaria onde estes valores ascendem a 45,8% no 2º ciclo e 36,2% no 3º. Em consequência, o abandono escolar é igualmente significativo nestas áreas, em especial a partir do 2º ciclo.

* O desemprego é outra marca incontornável dos territórios em análise. Destaque para a Trafaria onde apenas 27% da população tem emprego e para a Caparica e Laranjeiro onde o desemprego é superior a 18%.

* Tecido social capaz de apoiar intervenção urbana. Os territórios da Caparica/Trafaria e do Laranjeiro/Feijó contam com cobertura de rede escolar do pré-escolar ao superior. Nos espaços de lazer os territórios contam com bibliotecas municipais, espaços desportivos, de lazer e culturais, para lá de um conjunto de associações que asseguram condições infraestruturais para o desenvolvimento dos territórios.

b) Análise Swot

Pontos Fracos

* Elevada taxa de abandono escolar e repetência em especial nos territórios da Trafaria e Caparica;

* Baixas qualificações e rendimentos da população;

* Elevada taxa de desemprego;

* Tecido económico pouco qualificado e inovador e de pequena dimensão;

- * Quebra da % de jovens em idade ativa;
- * Perda de serviços de transporte, saúde e apoio social (Trafaria);
- * Degradação do parque habitacional, espaços verdes e públicos;
- * Ausência de condições de saneamento (bairros clandestinos – Trafaria);
- * Elevado número de situações de risco (processos de promoção e proteção de situações de risco);
- * Habitação social – forte concentração de processos públicos de realojamento - Caparica
- * Envelhecimento da população da Trafaria;
- * Insuficiente resposta para crianças 6-12 anos em períodos não letivos;

Pontos Fortes

Tecido empresarial (variedade de comércio, embora com maior concentração na área restauração) – Caparica

- * Cobertura do território por Gabinetes de Inserção Profissional e por um Gabinete de Apoio ao Empreendedor de âmbito concelhio;
- * Boa rede de transportes – Caparica e Laranjeiro
- * Diversidade de equipamentos sociais: Infância, Juventude, Idosos, Famílias e problemáticas específicas (s/Abrigo, Violência doméstica) – Caparica
- * Equipamentos municipais- Piscina municipal e Biblioteca - Caparica
- * Equipamentos municipais – Complexo municipal de desportos, Casa municipal de juventude, biblioteca – Laranjeiro/Feijó
- * Equipamentos sociais que desenvolvem respostas para várias faixas etárias
- * Reforço da intervenção junto de crianças/jovens, através do Programa Escolhas- Caparica, Laranjeiro/Feijó
- * Apetência da população (essencialmente jovem) para a prática desportiva/artística
- * Existência de equipamentos públicos: Unidades de saúde familiar, estabelecimentos escolares – Caparica, Laranjeiro/Feijó
- * Habitação social – integrada no meio – Laranjeiro (diminui fatores de estigmatização)

Principais Ameaças

- * Concelho que apresenta elevada taxa de desemprego
- * Forte diminuição do setor industrial no Concelho;
- * Baixas qualificações escolares da população;
- * Desfasamento entre oferta formativa/motivações individuais/ necessidades das empresas;
- * Níveis salariais significativamente inferiores aos territórios vizinhos;
- * Contexto económico instável e restrições orçamentais com impacto nos apoios sociais;

Principais Oportunidades

- * O Concelho de Almada acolhe cerca de 25% das empresas de toda a Península de Setúbal;
- * Almada gerou mais empresas, nos últimos anos do que aquelas que viu serem dissolvidas;
- * Alta % de contratos sem termo;
- * Peso superior à média nacional das atividades de alojamento, restauração e similares;
- * Aposta nas indústrias criativas;
- * Território com um forte reconhecimento na área cultural;
- * Potencialidades para o desenvolvimento do turismo e de atividades desportivas ligadas ao mar;
- * Existência de diversos pólos universitários
- * Instituições com experiência de trabalho em rede
- * Instituições com experiência no desenvolvimento de ações de combate ao desemprego e incremento do empreendedorismo
- * Integração geográfica privilegiada na região da Grande Lisboa
- * Acessibilidade do território

c) Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

São vários os desafios com que o DLBC Urbano de Almada se irá deparar no sentido da concretização dos seus objetivos. A consciência destes desafios permitirá uma ação mais focada de toda a parceria na superação e identificação dos fatores críticos para o sucesso desta iniciativa.

i – O aprofundamento, coordenação e mobilização de uma parceria sólida, multidisciplinar e representativa dos territórios a intervir e reconhecida pelas suas comunidades revela-se o desafio central desta iniciativa e a sua concretização é fulcral para alcançar os objetivos a que ela se propõe.

ii - Com igual relevância a capacidade de mobilização e integração das populações nos processos de conceção, implementação, monitorização e avaliação das operações se revela fundamental para a sua aceitação e comprometimento com os objetivos e indicadores traçados;

iii - Numa época em que a gestão eficaz dos recursos humanos, financeiros e materiais se reveste de grande importância, o rastreio, identificação monitorização e aproveitamento dos recursos já existentes na rede de parceiros contribuirá para uma maior mobilização de meios ao serviço das operações a realizar pelo DLBC, para ganhos de escala na sua implementação e para uma maior sustentabilidade da parceria durante e após o período de vigência do atual quadro comunitário de apoios.

iv - Capacidade de traçar operações articuladas, concertadas e abrangentes tanto ao nível do território quanto ao número de indivíduos envolvidos, capazes de contribuir para a resolução de problemáticas multidisciplinares e geradoras de reais processos de integração pessoal, profissional e social e preventivos de situações de risco ou de retrocessos na condição de vida de cada indivíduo isoladamente e de cada comunidade como um todo;

v - Promover soluções sustentadas e duradouras de integração das pessoas em mercado de trabalho que possam ser vistas como adequadas para combater o fenómeno de desemprego, em especial o jovem e o de longa duração;

vi - Articulação com a rede de ensino, respostas sociais, equipamentos públicos, culturais e desportivos no sentido de um combate efetivo ao abandono escolar e aos fenómenos de repetência nos territórios alvo de intervenção;

vii – A sustentabilidade deste instrumento de Desenvolvimento Local de Base Comunitária e a produção no tempo de resultados visíveis e duradouros depende em parte de se gerar uma dinâmica de capacitação das instituições, dos agentes económicos e das populações no sentido de uma postura colaborativa, participativa e proactiva na superação dos obstáculos e problemáticas com que se irão deparar.

Colocados os desafios acima poderemos afirmar que o sucesso do DLBC Urbano de Almada, passará pela maximização do resultado de dois vetores:

1. Envolvimento – Quanto maior for o grau de envolvimento da parceria, dos atores locais e comunidade, mais perto estará o sucesso no alcançar das metas propostas;
2. Escala – Quanto maior for o número de beneficiários envolvidos pelas operações resultantes deste instrumento, maior o impacto gerado junto dos territórios;

II Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

a) Objetivos e vocação específica do DLBC*

Objetivo 1- Promover o desenvolvimento local através da consolidação de uma intervenção em rede e implementação de estratégias concertadas com os diferentes atores, nos domínios da educação, formação e empregabilidade

O Concelho de Almada não é uma zona homogénea, destacando-se territórios que apontam para a necessidade de uma intervenção mais aprofundada e concertada tendo em vista a diminuição de fatores geradores de situações de pobreza/exclusão.

Mudar comportamentos e reduzir as assimetrias existentes num determinado território multi-problemático e heterogéneo só é possível por via de uma ação coordenada e multidisciplinar capaz de trabalhar, não só em diversas frentes ou dimensões sociais, mas também de forma transversal ao território, provocando ganhos de escala significativos para que o seu impacto possa ser efetivo quer na vida dos indivíduos, quer na comunidade.

Numa altura em que o contexto económico-social, político e cultural exige cada vez mais eficiência na gestão dos recursos – financeiros, materiais e humanos, a persecução dos resultados acima descritos passam pela mobilização e dinamização de uma rede de parcerias locais e/ou de âmbito nacional, não

só conhecedoras e ativas nos territórios onde se pretende intervir, ou das áreas estratégicas a que nos propomos, mas também capazes de gerar reconhecimento, confiança e envolvimento dos cidadãos no trabalho por elas desenvolvidos. Assim, um dos objetivos que consideramos prioritário visa a consolidação de uma intervenção em rede e a implementação de estratégias concertadas, dirigindo-se estas essencialmente para as áreas do emprego, formação, empreendedorismo e inclusão social. Para uma concretização eficaz desta intervenção defende-se a implementação de ações que pressupõem a participação ativa de todos os atores ao longo de todas as fases do processo. Por outro lado, defendemos o estabelecimento de um plano de comunicação que favoreça o conhecimento e participação ativa do GAL na EDL. A rede deve ser capaz de consolidar uma plataforma de recolha, tratamento e difusão permanente de informação permitindo o conhecimento global dos desafios a que ela deve dar resposta. Acresce ainda que este objetivo contempla um processo de reforço de competências e de conhecimentos abrangendo os profissionais e incidindo sobre os eixos prioritários. Perspetiva-se uma ação mais integrada ao nível das parcerias e mais qualificada. Ou seja, considera-se que a capacitação dos seus recursos humanos, alargando a sua polivalência e os seus níveis de conhecimento vertical e horizontal, permite não só o enriquecimento interno da rede, mas também a sua capacidade de gerar debate e contributos positivos e abrangentes para as problemáticas. A cultura de rede deve também ser promovida e animada, garantindo a relevância de cada parceiro nos espaços de decisão sem que, no entanto, seja descurada a importância da coordenação das dinâmicas da rede. Na base desta visão estratégica está uma rede de parceiros, capaz de lhe conferir escala, pluridisciplinaridade e a conjugação de esforços por parte dos setores público, privado e social, partilhando uma cultura organizacional, um modelo de gestão e o mesmo conjunto de objetivos.

A visão de uma rede passa então, mais do que pela sua formalização, pela construção e reforço contínuo e duradouro de espaços de encontro e ação envolvendo todos os atores representativos do território em que esta tenciona intervir. Embora nos territórios-alvo desta candidatura existam já exemplos de trabalho em rede, há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita a um maior envolvimento das entidades locais na definição e implementação de estratégias comuns e multidisciplinares de desenvolvimento local.

Tendo por base a importância do GAL nesta EDL e conseqüentemente a necessidade de reforçarmos e integrarmos ações tendo em vista o desenvolvimento local dos territórios selecionados, identificaram-se como indicadores o nº médio de atores locais envolvidos em ações conjuntas de avaliação, reflexão e redefinição e o nº de conclusões obtidas.

Objetivo 2- Contribuir para o reforço da economia local através da qualificação do capital humano, do tecido empresarial e do estímulo ao desenvolvimento de soluções que potenciem a utilização eficiente dos recursos ou oportunidades do território

Nos territórios selecionados é comum a elevada taxa de desemprego, sobretudo de longa duração, trabalho precário ou paralelo, um baixo nível de empregabilidade caracterizado por baixo nível de competências pessoais, sociais, empreendedoras, escolares e/ou profissionais da população, quer jovem, quer adulta. Regista-se ainda a fraca valorização e envolvimento ativo da população mais idosa, mas ainda em situação ativa. O exposto adquire maior dimensão quando se trata de públicos desfavorecidos, para os quais a existência de um ou mais fatores vulneráveis de ordem pessoal, profissional, económica, de saúde, habitação, entre outros, potencia os fenómenos de pobreza e exclusão social criando situações de desigualdade e condicionando ainda mais o acesso ao mercado de trabalho.

Face ao exposto, a EDL irá contemplar respostas que favorecerão a inserção profissional por via da aquisição e desenvolvimento das *soft* e *hard skills*, quer em contexto formativo, quer em contexto profissional. Assim, identificam-se como prioritárias ações que visam:

- a) Qualificar e capacitar ao nível pessoal, escolar e/ou profissional, os indivíduos em situação de vulnerabilidade, a partir das necessidades, exigências e potencialidades do mercado de trabalho/território, tendo em vista a integração profissional, incluindo o auto-emprego
- b) Dar resposta às necessidades do tecido económico através da integração profissional de indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou através da capacitação das organizações
- c) Criar postos de trabalho, por via do autoemprego em projetos de inovação social e/ou em setores de atividades que vão de encontro às necessidades e potencialidades dos territórios

Saliente-se ainda que este último objetivo será reforçado pela disponibilização de espaços identificados pelo GAL, dentro do Concelho.

Em síntese, são definidos como pilares estratégicos deste projeto a Formação, Emprego e Empreendedorismo por se considerarem imprescindíveis a qualquer processo de mudança capaz de reduzir os riscos de exclusão e desigualdade social gerando novas oportunidades para os indivíduos e as comunidades que promovam o desenvolvimento sustentável dos territórios e a capitalização dos recursos já existentes, contribuindo assim para uma sociedade e uma economia mais dinâmica e sustentável.

Face às ações enunciadas, e tratando-se de áreas que visam a integração pessoal e profissional, teremos como indicadores-base o número de pessoas abrangidas nos diferentes domínios (qualificação escolar, profissional, autoemprego). Efetivamente, estes são fulcrais para combater as causas que se encontram na base das situações de exclusão.

Objetivo 3- Promover a inserção social combatendo as causas que estão na base dos fenómenos de exclusão social nos territórios mais vulneráveis do Concelho, através dos processos de capacitação, participação e de criação de respostas nas áreas da educação, formação e empregabilidade.

Nestes territórios identifica-se, conforme já referido, uma taxa elevada de insucesso/abandono escolar tanto das crianças como dos jovens, o que resulta do facto destes viverem experiências menos positivas ou bem-sucedidas, diminuindo assim a sua auto-estima e segurança. Consequentemente, também a sua motivação fica comprometida afetando a prossecução dos seus objetivos, quer a nível escolar quer a nível da sua inserção no mercado de trabalho e pode condicionar os seus projetos de vida e ambições futuras. Os próprios contextos familiares e os modelos comportamentais ao nível de condutas e hábitos adquiridos com as gerações mais velhas também têm contribuído a esse nível. Acresce ainda que a maioria dos jovens residentes nestes territórios provém de contextos familiares desestruturados e multiproblemáticos, em que a ausência ou insuficiência de rendimentos do agregado limitam o acesso à escolaridade e às oportunidades de carreira a nível profissional.

Importa também identificar neste contexto de vulnerabilidade sociofamiliar o défice em competências parentais e relacionais as quais, entre outras fragilidades, também podem conduzir ao surgimento de manifestações de violência doméstica e/ou no namoro.

Outra dimensão nos territórios alvo diz respeito à falta de retaguarda familiar ou institucional, nomeadamente a crianças em idade escolar, nas situações quer de interrupções letivas, quer no início e no final do dia, devido à incompatibilidade entre os horários profissionais das famílias e os horários dos equipamentos escolares. Estes contextos potenciam os fenómenos de risco como consequência do “abandono” das crianças e jovens nos períodos atrás referidos, sem qualquer acompanhamento ou vigilância.

Neste sentido, pretende-se contemplar nesta estratégia ações que favoreçam a:

- Minimização ou eliminação de situações de risco de crianças ou jovens pela criação de respostas de apoio à família
- Criação de empreendimentos sociais que fomentem ações integradas e concertadas nas áreas do emprego, formação, empreendedorismo e inclusão social. Rentabilização de recursos da comunidade, designadamente da população idosa, preservando os saberes e memórias.
- A coesão entre comunidade/família/escola através de abordagens participativas e inclusivas tendo como fim último a promoção do sucesso escolar ou o retomar do processo educativo.

Assim, tendo em vista estas ações teremos como indicadores o número de ações ou respostas implementadas bem como o número de pessoas envolvidas.

Face ao exposto, estamos em presença de territórios nos quais as respetivas populações se encontram numa situação de exclusão, configurando-se esta como um fenómeno social ou um conjunto de

fenómenos interligados. De facto, a baixa qualificação escolar e profissional e o desemprego assumem-se como centrais no combate às problemáticas da integração/inserção social.

Assim, através da dinamização de uma estratégia de base comunitária que envolva os atores locais na criação e dinamização de respostas que visam a qualificação, a criação de emprego e a promoção do sucesso escolar, tornaremos estes territórios mais coesos, facilitando o processo de integração/inserção das suas populações e impulsionando o desenvolvimento local.

Esta estratégia de base comunitária tem uma vantagem acrescida face aos fenómenos de exclusão que como já foi referido são fenómenos multifatoriais, pois possibilita uma lógica de intervenção global, ou seja, intervir em simultâneo em todas as áreas problemáticas, evitando modelos de abordagem setorial que podem ajudar a resolver uma parte do problema mas deixam de fora fatores que são determinantes para a autonomia pessoal e social, para o bem-estar, para a aquisição de competências que são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas e das famílias.

b) Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação da Estratégia*

Numa perspetiva de governação integrada, enquanto cooperação interinstitucional, trabalho colaborativo e otimização/ concertação de sinergias foi identificado o GAL do DLBC urbano de Almada. Este é representativo da intervenção local dos territórios/públicos alvo, bem como das áreas de atuação que irão polarizar a EDL- emprego/formação/empreendedorismo/ inclusão. Igualmente estão representados o setor público, setor privado, de solidariedade social, assim como pessoas singulares com percurso relevante para a concretização deste instrumento colocando em perspetiva o assegurar de forma complementar uma diversidade de níveis de atuação.

Desde a 1ª fase de conceção da EDL, através de vários encontros de reflexão, diálogo e concertação sobre uma intervenção comum, que estes parceiros foram corresponsáveis pela sua construção (visão, objetivos, ações e metas). Comprometeram-se ainda, com a celebração do Protocolo de parceria local, ser corresponsáveis pelo acompanhamento da execução e da avaliação dessa estratégia. Importa referir que para além dos parceiros foram envolvidos elementos singulares da comunidade, tornando possível que todos os atores se tornem parte da solução dos problemas e contribuam em todas as fases do processo de decisão, monitorização e avaliação. Está subjacente uma inversão do paradigma em que os beneficiários deixam de ser considerados meros destinatários passivos passando a ser elementos ativos na EDL, num de processo de mobilização ascendente- *bottom-up*.

Como formas de garantir a animação e o acompanhamento da EDL, o modelo de gestão tem subjacente a realização de: **a)** Reuniões periódicas, com os diferentes órgãos de gestão e com os *stakeholders* dos diferentes projetos (setorial, territorial, comunitário) promovendo o diálogo, relações de confiança e de

intercooperação; **b)** workshops temáticos e mesas redondas envolvendo as pessoas numa perspetiva de partilha, reflexão e debate de boas práticas, experiências e *know-how*; **c)** ações de capacitação/formação para um reforço de competências e disseminação de conhecimento, nomeadamente ao nível de animação e desenvolvimento comunitário; **d)** canais de comunicação através de ferramentas de monitorização dos processos ou circulação de informação bilateral tais como - relatórios de progresso, questionários, plataformas virtuais, no sentido de avaliar o cumprimento dos objetivos e identificar/justificar eventuais desvios ou atrasos, bem como avaliar a continuidade e sustentabilidade das estratégias considerando os *inputs* e os *outputs* dos territórios abrangidos;

Ao nível das ações de animação e promoção dos territórios, o GAL também assumirá um papel ativo tendo como fim mobilizar os públicos-alvo e a comunidade em geral para o envolvimento nos projetos de base comunitária e ainda dar a conhecer/informar a população sobre a EDL e respetivas ações, progressos e resultados. Para o efeito propõe-se: **a)** criar uma imagem de marca para garantir uma identificação da EDL, por parte da comunidade em geral e inclui-la nos diferentes espaços de comunicação; **b)** realizar sessões públicas, fóruns temáticos/científicos no sentido de consciencializar e motivar, gerar reflexão, discussão e novas formas de participação e introdução de inovação **c)** publicitar via *Media*: Internet (sites, redes sociais, newsletters e e-mails institucionais) rádio, folhetos, jornais, publicações municipais/institucionais periódicas e dos *Non-Media*- exposições ou feiras.

III Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A abordagem territorial a desenvolver no quadro estabelecido pelas orientações de política comunitária com tradução nos vários documentos e orientações estratégicas nacionais e regionais – Acordo de Parceria, POLisboa e EIDT da AML identifica e valoriza, por um lado, os recursos estratégicos da região e por outro uma metodologia de trabalho que reforce a escala de intervenção territorial, mobilizando os parceiros locais para uma atuação mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. O reforço da cooperação entre o poder local, o associativismo social e empresarial, o sistema científico e tecnológico, o sistema de educação e formação e as organizações da economia social constitui um dos mecanismos de suporte à melhoria da eficácia das intervenções, valorizando-se, desta forma, ações integradas, capazes de acolher a multiplicidade de dimensões subjacentes quer ao indivíduo, quer ao território, quer à multiplicidade de relações sistémicas entre si geradas.

Foi assim entendido que a definição de estratégias territoriais claras e integrais seriam um importante contributo para garantir esta articulação, desde que implicadas as entidades sub-regionais e as autoridades regionais e locais, tanto no planeamento como na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes do Portugal 2020. A EIDT serve, de suporte a todas as abordagens integradas de desenvolvimento territorial (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, Estratégias para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária, Pactos para a Empregabilidade Metropolitana e CLDS).

De entre os desafios identificados e considerando a proposta macro de estratégia aqui presente, entendemos ser de destacar pela sua convergência, os seguintes:

- A concentração de investimentos públicos e privados em projetos estruturantes para a região no âmbito das operações de regeneração urbana;
- A otimização e aprofundamento das redes sociais numa lógica de cooperação e articulação entre os diversos atores;
- A articulação de projetos de intervenção social com parceiros públicos, privados e do terceiro sector que visem a supressão de carências dos grupos mais vulneráveis;
- O desenvolvimento sustentado e integrado de novas soluções e respostas de combate à pobreza e à exclusão social;
- O apoio a novas iniciativas no âmbito do empreendedorismo social;
- O fomento de estratégias de igualdade de género como forma de capacitação social;
- A sedimentação do trabalho em rede por parte dos atores regionais tendo em vista a definição de estratégias multidimensionais de intervenção junto de grupos em risco de exclusão;
- A adequação das competências adquiridas nos sistemas de educação e formação com as necessidades do tecido empresarial regional;
- A aposta em projetos que relacionem a promoção de estilos de vida ativos, tendo em conta os indicadores de envelhecimento da população.

Considerando a intervenção preconizada na EDL ganham relevo as seguintes prioridades estratégicas da EIDT- AML:

PE 4 - Reforçar a vertente de desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável que incorpore uma estratégia de regeneração e reabilitação urbana, promovendo a articulação de intervenções coerentes com o estabelecido no PNPOT, no PROTAML, na ENDS e na Estratégia Regional de Lisboa 2020, atribuindo a EIDT da AML um valor estratégico fundamental ao desenvolvimento urbano sustentável do espaço metropolitano, visando reforçar a estruturação urbana do território e melhorar a qualidade de vida das populações em meio urbano;

PE 5 - Promover a capacitação regional no âmbito da inclusão social, incluindo o abandono escolar precoce, num contexto de mobilização concertada da rede social existente no território, focalizando assim a intervenção das redes sociais já existentes e articulando as intervenções numa lógica multidimensional e multinível, considerando a existência de uma elevada densidade de atores locais, que operacionalizam estratégias de inclusão e capacitação social, atribuindo a EIDT um valor crítico à existência real e efetiva articulação entre estes atores, ultrapassando assim as limitações das intervenções setoriais e assumindo a articulação multinível e multi-atores como referenciais de intervenção a seguir. São estabelecidas quatro linhas de intervenção, que também enquadram a Estratégia de Desenvolvimento Local assumida, a saber, o reforço da rede de equipamentos vocacionados para a intervenção social; a criação, capacitação e desenvolvimento de redes de atores; a identificação e estabelecimento de estratégias integradas para grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco de exclusão social; a territorialização das intervenções de inclusão social.

PE 6 - Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território, atribuindo a EIDT uma importância fundamental ao enfoque na concertação e articulação entre atores, potenciando e dando espessura institucional à colaboração de um alargado espectro de atores representativos dos sistemas de educação, formação, empresarial, científico e municipal, devendo assegurar transversalidade das intervenções, especialmente no que concerne às estratégias de adequação das competências dos indivíduos, às necessidades dos agentes económicos, no combate ao insucesso e abandono escolar, da promoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida e do fomento da colaboração entre os sistemas educativo e formativo das empresas.

Considerando os objetivos da presente EDL pode-se considerar a existência de um forte alinhamento com as prioridades estratégicas da EIDT anteriormente descritas.